



Número: **0600212-06.2020.6.16.0199**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **22/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600324-87.2020.6.16.0000**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600212-06.2020.6.16.0199, que julgou procedentes os pedidos formulados pela Coligação Vamos Juntos em face de Ricardo Arruda Nunes para o fim de impor ao representado a obrigação de cessar a propaganda eleitoral impulsionada de URLs**

<https://www.facebook.com/ads/library/?id=1150949508633483>, <https://www.facebook.com/ads/library/?id=320769649021142> e <https://www.facebook.com/ads/library/?id=693167561284591> e condená-lo ao pagamento de multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. (Representação em face de Propaganda Irregular C/C Pedido Liminar ajuizada pela Coligação Vamos Juntos (Cidadania, Podemos, Patriota, PSD, PSB E PROS) em face de Ricardo Arruda Nunes, com fulcro no art. 29, §§2º e 3º, da Resolução nº 23.610/TSE, alegando, em síntese que o representado é Deputado Estadual e desistiu de sua candidatura à Prefeitura de São José dos Pinhais para apoiar o candidato Sylvio Monteiro. O representado não é candidato ao pleito municipal, mas tenta por meios proscritos interferir nas eleições municipais. Pois o mesmo vem divulgando vídeos com amplo aspecto eleitoral de forma impulsionada, ou seja, paga. Em relação ao primeiro vídeo, nem mesmo o título deixa dúvidas sobre o teor eleitoral ao realizar a seguinte chamada: "Será mesmo que Nina Singer é a mudança?". Onde tenta demonstrar que a Vereadora seria da "velha política" e "farinha do mesmo saco", não representado a mudança para São José dos Pinhais. Mais de 25 mil pessoas foram impactadas pelo anúncio pago pelo representado, mais de 25 mil pessoas que assistiram o vídeo de forma involuntária, uma vez que se trata de propaganda paga. O mesmo ocorre com o segundo vídeo, cuja chamada traz "você que é morador de São José dos Pinhais precisa assistir esse vídeo.". Já no início do vídeo, o representado deixa claro o intuito eleitoral do mesmo "Esse vídeo aqui lógico que é para os moradores de São José dos Pinhais a respeito da campanha de prefeito". Ainda, mantém seus bordões políticos para se dirigir a seus adversários, tais como "velha política" e "farinha do mesmo saco". Deixa ainda expresso que abandonou sua candidatura para apoiar Sylvio Monteiro. Os posts possuem as seguintes informações sobre o impulsionamento: "Ativo, veiculação iniciada em 30/9/20 com seus respectivos números de identificação, bem como, Patrocínio pago por Ricardo Arruda Nunes"). RE3

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
--------	-------------------------------

RICARDO ARRUDA NUNES (RECORRENTE)		GUSTAVO SWAIN KFOURI (ADVOGADO) ALINE FERNANDA PEREIRA KFOURI (ADVOGADO) ELIZA SCHIAVON (ADVOGADO) ANA CAROLINE DOS SANTOS COSTACURTA (ADVOGADO)	
VAMOS JUNTOS 23-CIDADANIA / 51-PATRIOTA / 19-PODE / 90-PROS / 40-PSB / 55-PSD (RECORRIDO)		MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO) TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO) WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15318716	30/11/2020 16:56	Acórdão	Acórdão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 56.687

RECURSO ELEITORAL 0600212-06.2020.6.16.0199 – São José dos Pinhais – PARANÁ

Relator: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RECORRENTE: RICARDO ARRUDA NUNES

ADVOGADO: GUSTAVO SWAIN KFOURI - OAB/PR0035197

ADVOGADO: ALINE FERNANDA PEREIRA KFOURI - OAB/PR0040639

ADVOGADO: ELIZA SCHIAVON - OAB/PR0044480

ADVOGADO: ANA CAROLINE DOS SANTOS COSTACURTA - OAB/PR0092768

RECORRIDO: VAMOS JUNTOS 23-CIDADANIA / 51-PATRIOTA / 19-PODE / 90-PROS / 40-PSB / 55-PSD

ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589

ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625

ADVOGADO: WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - OAB/PR0066181

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral

EMENTA - ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. PROPAGANDA NEGATIVA. IMPULSIONAMENTO. CORRELIGIONÁRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1 - Configura ilícito eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, seja negativa ou positiva, na internet mediante o uso de impulsionamento por aquele que não ostenta a qualidade de candidato, partido, coligação ou representante delas.

2 - A reincidência justifica a aplicação da multa em valor acima do mínimo legal.

3 - Recurso a que se dá parcial provimento para ajustar o valor da multa imposta.

DECISÃO

À unanimidade de votos a Corte conheceu do recurso e, no mérito, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 29/10/2020



RELATOR(A) THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se, na origem, de representação proposta pela Coligação "VAMOS JUNTOS" em face de RICARDO ARRUDA NUNES por propaganda eleitoral ilegal uma vez que teria veiculado vídeos contendo propaganda eleitoral paga na internet sem identificação e sem que se enquadrasse como candidato ou representante de partido ou coligação.

Por sentença, o juízo *a quo* julgou procedente a representação e impôs obrigação de não fazer ao representado bem como a condenação em multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Irresignado, o representado recorreu, alegando, em síntese que: (i) as publicações questionadas não constituem propaganda eleitoral; (ii) se tratou de divulgação de posicionamento pessoal sobre os fatos; (iii) a multa imposta foi excessiva.

Contrarrazões pelo recorrido afirmando que: (i) o recorrente veiculou anúncio pago em rede social sem ser candidato e com ataques a adversários políticos; (ii) há nítido caráter de propaganda eleitoral; (iii) somente é possível o impulsionamento de propaganda positiva; (iii) o valor da multa está correto porquanto o recorrido é reincidente.

No seu parecer, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento e não provimento.

É o relatório.

VOTO

O recurso é tempestivo, eis que a intimação da sentença foi publicada no mural eletrônico no dia 09/10/2020 (id. 11459766) e as razões foram protocoladas no dia seguinte (id. 11459866). Presentes os demais pressupostos de admissibilidade, dele CONHEÇO, passando de plano à sua análise.

É incontroverso nos autos que o recorrente Ricardo Arruda Nunes não é candidato ou representante de partido ou coligação e que impulsionou os conteúdos constantes da inicial em sua página pessoal em rede social [Facebook].

Assim, a controvérsia cinge-se em estabelecer se tais publicações representam livre exercício do direito de liberdade de expressão outorgada ao eleitor conforme aduz o recorrente ou se configuram propaganda eleitoral vedada por ser negativa e impulsionada por alguém que não ostenta a qualidade de candidato ou representante de partido ou coligação.

A inicial impugna duas publicações, sendo que a segunda foi impulsionada por duas vezes. Reproduzo para melhor visualização:





Insta pontuar que no presente não se está a analisar apenas a imagem acima veiculada mas também o conteúdo dos vídeos, porquanto foram trazidos com a inicial.

Sobre a propaganda eleitoral na internet, assim dispõe a norma de regência:

Art. 28. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas (Lei nº 9.504/1997, art. 57-B, I a IV):
(. . .)

IV - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, dentre as quais aplicativos de mensagens instantâneas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por:

- a) candidatos, partidos políticos ou coligações, desde que não contratem disparo em massa de conteúdo (Lei nº 9.504/1997, art. 57-J); ou
- b) qualquer pessoa natural, **vedada a contratação de impulsionamento** e de disparo em massa de conteúdo (Lei nº 9.504/1997, art. 57-J).

§ 5º A violação do disposto neste artigo sujeita o usuário responsável pelo conteúdo e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa (Lei nº 9.504/1997, art. 57-B, § 5º).

§ 6º A manifestação espontânea na internet de pessoas naturais em matéria político-eleitoral, mesmo que sob a forma de elogio ou crítica a candidato ou partido político, não será considerada propaganda eleitoral na forma do inciso IV, desde que observados os limites estabelecidos no § 1º do art. 27 desta Resolução e a vedação constante do § 2º deste artigo.

Art. 29. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e **contratado exclusivamente por partidos políticos, coligações e candidatos e seus representantes** (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, caput).
(. . .)

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda ou pelo impulsionamento de conteúdos e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o



limite máximo da multa (Lei nº 9.504/1997, art. 57-C, § 2º).
§ 4º O representante do candidato a que alude o caput deste artigo se restringe à pessoa do administrador financeiro da respectiva campanha.
§ 5º Todo impulsionamento deverá conter, de forma clara e legível, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável, além da expressão "Propaganda Eleitoral".

Pois bem. Volvendo-se ao caso concreto, em princípio verifica-se que as publicações veiculam nítido conteúdo político eleitoral. Com efeito, foram efetivadas no dia 30/09/2020, portanto, dentro do período eleitoral, sendo que, da mera observação das imagens, denota-se a existência de palavras próprias de propaganda eleitoral que regularmente guarnecem esse período, a exemplo de "será mesmo que Nina Singer é a mudança?" e "Sylvio é de Esquerda?". De seu conteúdo, o caráter eleitoral fica ainda mais evidente, o que será analisado oportunamente. Conclui-se que as veiculações não se enquadram como indiferentes eleitorais.

Nesse contexto, o primeiro vídeo possui ressaltada qualidade de produção, inclusive com barra de nome contendo os dizeres Deputado Ricardo Arruda e as legendas dos partidos que integram a coligação, elementos próprios de propaganda eleitoral.

Sintetizando seu conteúdo, o recorrente afirma: "vou comentar a respeito desse vídeo da candidata a Prefeita de São José Nina Singer", reproduz-se trecho no qual a candidata, aparentemente em prévias partidárias ou convenção, expressa "uma mulher que vai governar, uma mulher que não vai ser mandada não", momento em que retorna o recorrente aduzindo "Quem é Nina Singer?" e passa a fazer comentários no intuito de vinculá-la ao atual Prefeito Toninho e outros vereadores, afirmando que se trata de "velha política", que ela apoiou o Prefeito no fechamento da UPA, no aumento do IPTU, aumento do transporte público e pergunta "será que ela é nova? será que é renovação e mudança?, óbvio que não é", refere-se a ela também como "farinha do mesmo saco". Continua o recorrente:

"e o que foi que a Dona Nina fez como vereadora? noventa por cento ou mais de leis aprovados foram mudanças de nome de rua, e aí eu pergunto para você eleitor, você morador de São José, o que muda na sua vida mudar o nome de uma rua, não muda nada. O projeto que ela diz que foi o mais importante que ela fez foi mudar as cores de São José. Ora Vereadora Nina Singer, candidata a Prefeita, não adianta a senhora querer dizer que vai fazer se teve oportunidade de fazer e não o fez, então eu só posso crer que a senhora é mais uma que está fazendo uma campanha linda, com muito dinheiro, com muito marketing mas no fundo é tudo "farinha do mesmo saco" é tudo a velha política que tanto prejudicou a população de São José dos Pinhais".

Evidencia-se, assim, a veiculação de propaganda eleitoral. Isso porque, primeiramente, em que pese o recorrente busque colocar-se como mero eleitor no exercício de seu direito de liberdade de expressão, não é o caso. O recorrente atualmente ocupa o cargo de Deputado Estadual e, conforme sua própria narrativa, seria candidato ao cargo majoritário no Executivo Municipal de São José dos Pinhais, entretanto, por estratégia política, a agremiação a qual está vinculado coligou-se para apoiar a candidatura de Sylvio Monteiro, encontrando-se, como filiado, engajado em sua promoção e valendo-se de seu prestígio público.



Nessa senda, se é possível a qualquer pessoal natural veicular propaganda eleitoral, na linha do mencionado art. 28, IV, alínea "b", da Resolução, mais ainda defere-se ao correligionário e ocupante de cargo político explorar seu prestígio público para angariar votos ou não voto mediante publicações na internet.

Trata-se a peça de propaganda eleitoral negativa. Isso porque, o conteúdo do vídeo denota o intuito do recorrente de refletir a mensagem de não voto na candidata Nina Singer. Veja-se que a propaganda eleitoral pode ser positiva ou negativa, tratando-se de lados opostos da mesma moeda. No primeiro caso, busca incutir no eleitor a ideia de "vote em" e no segundo caso de "não vote", não havendo necessidade de que a peça publicitária contenha termos ofensivos para que assim se caracterize.

Assim, ao buscar a vinculação da candidata ao exercício da "velha política" e afirmar que sua atuação no legislativo municipal restringiu-se a atos sem relevância para a sociedade, obviamente busca passar aos eleitores a ideia de que ela não é candidata qualificada para o cargo a que concorre, caracterizando-se propaganda eleitoral negativa para a qual, na linha da jurisprudência da Corte Superior, veda-se o impulsionamento, independentemente de quem a tenha contratado.

Ressalvo que este relator possui algumas ressalvas teóricas quanto à interpretação do § 3º que conclui pela vedação do impulsionamento de propaganda negativa. Apontar as falhas dos adversários ou criticar a sua atuação como gestores públicos constitui mecanismo legítimo de debate político, contanto que não se avance para as hipóteses expressamente limitadas pela legislação regente - crimes contra a honra e conteúdo sabidamente inverídico -, de modo que a restrição desses conteúdos implica indevida violação à liberdade de expressão, preceito que tem - ou deveria ter - posição preferencial no panteão dos princípios constitucionais.

Todavia, fato é que a jurisprudência hegemônica dos tribunais consolidou-se no sentido de impor ao dispositivo interpretação restritiva, qual seja, que somente conteúdos que "promovem ou beneficiam candidatos ou suas agremiações" são permitidos, e que isso não implica restrição à liberdade de expressão.

Verifica-se, por fim, que embora sem ostentar a qualidade de candidato ou representante de partido ou coligação, o recorrente impulsionou as referidas propagandas em sua página pessoal em rede social, o que é vedado pela norma insculpida no art. 29, *caput*, da mencionada Resolução.

É no sentido até aqui exposto a iterativa jurisprudência desta e da Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2018. REPRESENTAÇÃO. GOVERNADOR. PROPAGANDA ELEITORAL NEGATIVA. INTERNET. ART. 57-C, § 3º, DA LEI 9.504/97. POSTAGENS. FACEBOOK. IMPULSIONAMENTO. DESPROVIMENTO. 1. O art. 57-C, caput, e § 3º, da Lei 9.504/97 permite o impulsionamento de conteúdo na internet, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações, candidatos e seus representantes, com a finalidade de promover candidaturas. Precedentes. 2. No caso, de acordo com a Corte local, "as publicações não trouxeram de forma propositiva a imagem dos agravantes e o pedido de votos, ao contrário,



através da associação de imagens e legendas, buscaram incutir no eleitor a ideia de 'não voto' no candidato agravado", o que, portanto, foge da regra prevista nos referidos dispositivos.3. As limitações impostas à propaganda eleitoral não afetam os direitos constitucionais de livre manifestação do pensamento e de liberdade de informação. Precedentes.4. Agravo regimental desprovido. [Recurso Especial Eleitoral nº 060337225, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE 23/03/2020]

EMENTA - ELEIÇÕES 2018. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PÁGINA FACEBOOK. FETEC. PROPAGANDA ELEITORAL. PEDIDO DE NÃO VOTO. CARACTERIZAÇÃO DE PROPAGANDA NEGATIVA. IMPULSIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO ART. 57-C, § 1º, INCISO I E § 3º DA LEI Nº 9.504/97. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. [REPRESENTACAO n 0603364-48.2018.6.16.0000, Rel. TITO CAMPOS DE PAULA, Rel. designado PEDRO LUÍS SANSON CORAT, PSESS 03/10/2018]

Outra conclusão não se extrai do segundo vídeo veiculado pelo recorrente. Nele há brevemente as mesmas referências à "velha política" com relação à candidata Nina Singer e ao candidato Toninho e, nos outros quase três minutos, o recorrente promove a candidatura de Sylvio, apresentando-o como o melhor candidato para o Município de São José, configurando-se propaganda eleitoral ilegalmente impulsionada, posto não se tratar de candidato ou representante de partido ou coligação.

Consta, ademais, o elevado alcance das publicações que em razão do impulsionamento adquiriram o potencial para alcançar entre 25 a 30 mil visualizações, o que denota seu relevo no contexto político eleitoral do Município.

Com relação ao pedido de diminuição da multa imposta em primeiro grau, tem-se que o pedido comporta acolhimento. A gradação da penalidade foi assim apontado pelo juízo de primeiro grau:

Quanto à gradação da multa, como ressaltado pelo autor e pelo representante do Ministério Público Eleitoral, o representado já foi condenado pela prática de propaganda ilegal na internet mediante vídeo patrocinado no bojo da representação nº 0600062-25.2020.6.16.00199.

Ante a reincidência do representado, fixo a multa em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para cada um dos vídeos, o que totaliza R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Tem-se que, de fato, nos autos daquela representação o recorrente já havia sido apenado por prática análoga e, mesmo assim, a reiterou, o que demonstra que a sanção primeva não alcançou toda a finalidade punitiva e de desestímulo que dela se esperava, motivo pelo qual entende-se correto o reconhecimento da reincidência e manutenção da multa em patamar acima do mínimo.

Entretanto, majorar a condenação em 50% acima do mínimo legal (para cada vídeo) é sanção por demais elevada, de modo que entendo correta a fixação da multa em R\$ 5.500,00, para cada um dos vídeos, de modo que a condenação total importa em R\$ 11.000,00, sendo suficiente para sancionar a parte pelo ilícito.

Por fim, a fim de justificar a multa a ser aplicada por vídeo, considerando que a ilegalidade imputada ao recorrente é pelo impulsionamento de propaganda eleitoral sem



ostentar a qualidade de candidato ou representante de partido ou coligação, cada qual com relevante alcance do público, reputa-se também correta a aplicação de uma multa para cada vídeo patrocinado.

CONCLUSÃO

Sintetizando as considerações expendidas, CONHEÇO do recurso e, no mérito, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para reduzir a pena de multa para R\$ 5.500,00, por vídeo impulsionado por parte ilegítima nos termos do art. 57-C da Lei n.º 9.504/1997, no total condenatório de R\$ 11.000,00.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL Nº 0600212-06.2020.6.16.0199 - São José dos Pinhais - PARANÁ - RELATOR: DR. THIAGO PAIVA DOS SANTOS - RECORRENTE: RICARDO ARRUDA NUNES - Advogados do RECORRENTE: GUSTAVO SWAIN KFOURI - PR0035197, ALINE FERNANDA PEREIRA KFOURI - PR0040639, ELIZA SCHIAVON - PR0044480, ANA CAROLINE DOS SANTOS COSTACURTA - PR0092768 -- RECORRIDO: VAMOS JUNTOS 23-CIDADANIA / 51-PATRIOTA / 19-PODE / 90-PROS / 40-PSB / 55-PSD - Advogados do RECORRIDO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - PR0059589, TAINARA PRADO LABER - PR0092625, WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - PR0066181.

DECISÃO

À unanimidade de votos a Corte conheceu do recurso e, no mérito, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 29.10.2020.

